

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA 2008

1 Nos dias 25 e 26 de novembro de 2008 reuniu-se em sessão plenária a Comissão  
2 Nacional de Residência Médica – CNRM, na Sala de Atos do Gabinete do Ministro  
3 para a abertura e sua continuidade ocorreu na sala de reuniões da Diretoria de  
4 Hospitais Universitários e Residências de Saúde – DHR/CGRS, em Brasília – DF. Foi  
5 registrada a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação Fernando  
6 Haddad e dos doutores, membros da CNRM: Maria Paula Dallari Bucci (Presidente  
7 da CNRM), Cid Célio Jayme Carvalhaes (FENAM – Titular), Edinaldo Fonseca Lemos  
8 (FENAM – Suplente), Maria do Patrocínio Tenório Nunes (ABEM), Ana Estela Haddad  
9 (Titular – MS), Sigisfredo Luis Brenelli (Suplente – MS), Rafael Marques Nogueira  
10 (CFM/Suplente), Renato Passini (AMB – Suplente), Paulo Amaral (ANMR –  
11 Presidente), Romes André Proença de Souza (ANMR/Suplente), Neila Falcone da  
12 Silva Bonfim (ABEM/Suplentes); dos membros da Câmara Técnica: doutores Evandro  
13 Guimarães de Souza, Ramiro Anthero de Azevedo, Ana Cristina Ribeiro Zöllner e  
14 Valdecira Lilioso de Lucena; dos presidentes das Comissões Estaduais: doutores  
15 Paulo Roberto Dutra Leão (MT), Ione Maria Ribeiro Soares Lopes (PI), Robson  
16 Freitas de Moura (BA), Neila Falcone da Silva Bonfim (AM), Reginaldo Aparecido  
17 Valácio (MG), Humberto de Oliveira Serra (MA), Salustiano Gomes de Pinho Pessoa  
18 (CE), Martha Helena Pimentel Zappalá Borges (DF), Adnan Naser (SP), Geraldo  
19 Pereira Jotz (RS), Susana Maciel Wuillaume (RJ), Claudete Martins de Lima (RO),  
20 Rita Catarina Medeiros Sousa (PA) e das funcionárias do Departamento: Carmen  
21 Lúcia da Silva Cunha (coordenadora/MEC), Jeanne Liliane Marlene Michel  
22 (Coordenadora indicada ao cargo) e Ana Paula Gabatteli Vieira (Assessoria  
23 Administrativa). **Item 01: Abertura.** O Dr. José Carlos de Sousa Lima agradeceu a  
24 presença de todos os presentes e iniciou a apresentação dos novos membros. **Item**  
25 **02: Leitura e aprovação da ata da 3ª reunião da CNRM.** A ata da reunião anterior foi  
26 lida e aprovada pelos presentes. **Item 3. Informes.** O Dr. José Carlos de Sousa Lima  
27 informou que serão realizadas, antes das plenárias, reuniões com a Câmara Técnica a  
28 fim de analisar os relatórios de visita. Os referidos relatórios deverão estar de acordo  
29 com o modelo aprovado pelo plenário, contendo semana padrão, rodízios e estágios  
30 obrigatórios. Serão levados à Reunião plenária somente os relatórios que não  
31 apresentarem consenso entre os membros da Câmara Técnica, facilitando assim a  
32 dinâmica da plenária. **Item 4. Comissão Interministerial.** Dr. José Carlos de Sousa  
33

34 Lima fez um breve histórico das reuniões da subcomissão que estuda a necessidade  
35 de profissionais de Saúde em algumas especialidades nas quais o SUS é carente.  
36 Essa subcomissão é resultado de uma articulação maior entre os Ministérios da  
37 Saúde e Educação que tem como objetivo uma ação conjunta para a formação de  
38 pessoal na área de saúde, e abrange, além dos médicos, outros profissionais tais  
39 como: enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos, etc. A subcomissão se insere neste  
40 trabalho maior, conta com a participação de representantes dos dois Ministérios e  
41 com a participação de representantes do CONAS, CONASEMS, FENAM, ABEM e as  
42 Sociedades de Especialidades identificadas até o momento, como as mais carentes  
43 em termos de número de profissionais em atuação, ou cuja distribuição no país é  
44 bastante irregular. O Ministério da Saúde encomendou um estudo a cinco  
45 universidades sobre a necessidade de Profissionais Médicos para suprir os cuidados  
46 de saúde no país, e os resultados preliminares apontam um déficit nas áreas de  
47 Medicina Intensiva, Neonatologia, Psiquiatria, Geriatria, Cancerologia e Medicina de  
48 Família e Comunidade. A idéia é, partindo do diagnóstico da situação nessas áreas,  
49 propor meios de fomentar a especialização, e juntamente com o Ministério da Saúde,  
50 pensar em estratégias de estímulo para a fixação de profissionais em áreas carentes.  
51 Evidentemente, isso implica, para além da especialização, em políticas de pessoal  
52 adequadas, razão pela qual o Ministério da Saúde e as secretarias Estaduais e  
53 Municipais estão participando ativamente desse processo. Em seguida, o Dr. José  
54 Carlos de Sousa Lima passou a palavra para a Dra. Ana Estela Haddad que fez uma  
55 exposição do trabalho realizado até aqui incluindo o realizado junto aos os grupos de  
56 trabalho com as sociedades envolvidas, e apresenta os resultados preliminares do  
57 estudo de demanda dos profissionais. Os representantes das entidades e os  
58 presidentes das CEREM's manifestaram satisfação com o estudo realizado e  
59 consideraram relevantes os resultados preliminares apresentados. Isso permitira o  
60 estabelecimento de políticas de formação mais adequadas, com base no diagnóstico  
61 correto das necessidades de profissionais de saúde. Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes  
62 manifestou desconforto com a omissão da FENAM entre as entidades médicas  
63 convidadas para a reunião da subcomissão referida pela Dra. Ana Estela Haddad.  
64 Imediatamente a Dra. Ana Estela Haddad explicou que esquecimento não foi  
65 intencional e convidou permanentemente a FENAM para integrar o trabalho, o que foi  
66 aceito pelo Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes. **Item 5. Comissão Mista – Representação.**  
67 O Dr. José Carlos de Sousa Lima falou da necessidade das questões pautadas pela  
68

69 Comissão Mista serem discutidas pelo plenário da CNRM. Isso não tem acontecido. A  
70 CNRM sequer tem sido comunicada das reuniões e as pautas não tem sido enviada  
71 com antecedência. Sendo assim, os próprios representantes da CNRM não podem  
72 tomar conhecimento previamente das questões, ficando impossibilitados de apresentar  
73 o ponto de vista da Comissão. Em função dessas dificuldades, as atuais  
74 representantes, Dra. Vera Bezerra e Dra Ana Zöllner, solicitaram sua substituição. Outra  
75 questão discutida pelo plenário refere-se ao próprio convênio firmado ente a CNRM,  
76 CFM e a AMB. Este convênio tinha, inicialmente, o objetivo de criar um fórum consultivo  
77 permanente. O trabalho conjunto teve êxito, resultando na definição das 53  
78 especialidades médicas e suas áreas de atuação. O problema criado é que, ao  
79 solucionar os seus trabalhos, a Comissão passou de fórum consultivo a deliberativo,  
80 invadindo, muitas vezes, as competências da CNRM. A Dra. Valdecira Lilioso de  
81 Lucena falou da necessidade de se preservar a competência da CNRM, lembrando que  
82 a Comissão Mista não pode deliberar sobre o assuntos da Residência Médica e publicar  
83 resoluções que não são aprovadas pelo plenário da CNRM. Dr. Rafael Marques  
84 Nogueira reconhece a existência de alguns desencontros, mas acha que são sanáveis.  
85 Considera que o funcionamento da Comissão Mista é muito importante e promete levar  
86 as observações feitas aqui à diretoria do CFM. Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes  
87 falou da necessidade de indicar representantes que façam parte do plenário da CNRM  
88 e de que os temas discutidos na Comissão Mista sejam primeiramente tratados por esta  
89 comissão. As diferenças entre o que é publicado pelo CFM e o que foi objeto de  
90 deliberação e aprovação pela CNRM têm criado grande desconforto entre  
91 Coordenações e Médicos Residentes. O plenário, depois de enaltecer o trabalho  
92 realizado pelas antigas representantes, indicou o Dr. Geraldo Pereira Jotz e o Dr. José  
93 Carlos de Sousa Lima para assumir a representação. **Item 6. Residentes e**  
94 **Instituições : segurança no trabalho, responsabilidades e aspectos gerais.** O Dr. José  
95 Carlos de Souza Lima informa que pautou esse tema em função da audiência pública  
96 convocada pelo Ministério Público do Trabalho (15ª Região – São Paulo) da qual saiu um  
97 documento intitulado Recomendação de Adequação de Conduta. Dessa audiência  
98 participaram as Entidades Médicas, Coordenadores de Programas e o próprio MEC. A  
99 relevância do documento resultante da audiência exige que todos dele tomem  
100 conhecimento. Em seguida o Dr. José Carlos de Sousa Lima solicita que o Dr. Adnan  
101 Neser faça uma exposição do assunto, enfatizando as recomendações do Ministério  
102 Público. O Ministério Público Recomenda: 1. Em relação as Instituições de Saúde: a) a

104 observância da jornada máxima permitida por lei aos médicos residentes de 60  
105 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas o máximo de 24 (vinte e quatro) horas de  
106 plantão; b) a adoção de sistema de registro manual, mecânico ou preferencialmente  
107 eletrônico dos horários de entrada e saída dos médicos residentes, inclusive dos  
108 intervalos usufruídos; c) A exigência e fiscalização efetiva presença dos médicos  
109 preceptores das áreas de especialização, responsáveis pela orientação e supervisão dos  
110 médicos residentes, nos locais onde são desenvolvidas atividades referentes à  
111 residência médica, especialmente atendimentos de pacientes e cirurgias; 2. À Comissão  
112 Nacional de Residência Médica e às Comissões Estaduais de Residência Médica: a)  
113 que, nas avaliações periódicas dos programas de Residência Médica, atentem para o  
114 efetivo cumprimento das recomendações acima, referentes à jornada e à supervisão por  
115 médicos Preceptores, comunicando eventuais irregularidades ao Ministério Público do  
116 Trabalho; 3. Às entidades de classe – Associação dos Médicos Residentes - AMERESP,  
117 Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, Associação  
118 Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de Campinas e região, Sindicatos dos  
119 Médicos de Presidente Prudente, Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto,  
120 Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Sindicato dos Médicos de Taubaté: a) que  
121 acompanhem o cumprimento da Lei Nº6932/1981, com o intuito de constatar as  
122 condições de trabalho, em especial no que se refere às horas de atividade dos médicos  
123 residentes e à existência de orientação e supervisão por preceptor habilitado,  
124 comunicando eventuais irregularidades à Comissão Nacional de Residência Médica, à  
125 Comissão Estadual de Residência Médica e ao Ministério Público do Trabalho. Alerta  
126 ainda que o descumprimento da referida recomendação pelas instituições de saúde  
127 responsáveis por programas de Residência Médica implica violação de dispositivos da  
128 Lei Nº6932/1981, cabendo ao Ministério Público do Trabalho a propositura de medidas  
129 administrativas e judiciais, a fim de proporcionar a reparação dos direitos coletivos  
130 eventualmente lesados, bem como o encaminhamento de representação ao Ministério  
131 Público Estadual, para apuração da responsabilidade, nos termos da lei, sem prejuízo  
132 das demais sanções cabíveis no âmbito de atuação dos órgãos de fiscalização da  
133 residência médica. Todos os presentes se manifestaram sobre a importância do  
134 documento, sobre sua abrangência nacional, sobre o reconhecimento da relação de  
135 trabalho, embora não dê emprego e da necessidade de dar ciência do documento a  
136 todos os interessados. O plenário decide encaminhar cópia do documento  
137 RECOMENDAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CONDUTA Nº302/2008 a todas as estaduais  
138  
139

140 e COREME's. **Item 7. Solicitação de revisão de integração do Médico Residente Pedro**  
141 **Antônio Rodrigues de Souza do Programa de Residência Médica de Cirurgia Geral do**  
142 **Hospital Getúlio Vargas – AM.** O plenário decidiu não conceder o pedido devido ao fato  
143 do mesmo não ter terminado o período de reintegração concedido pela Comissão  
144 Nacional de Residência Médica. **Item 8 – Programa de Residência Médica de Radiologia**  
145 **e Diagnóstico por Imagem do Hospital Santa Júlia – AM.** A Dra. Neila Falcone da Silva  
146 Bonfim faz uma apresentação sobre o problema da Médica Residente desse hospital. O  
147 plenário decide por unanimidade baixar em diligência todos os programas dessa  
148 instituição e constituir nova comissão de verificação. O Dr. Cid Célio Jayme Carvalhaes e  
149 o Dr. Salustiano Gomes de Pinho Pessoa deverão visitar o hospital até a data da próxima  
150 plenária. Em relação ao programa de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, o plenário  
151 recomenda uma atenção especial na verificação, pois a Dra. Neila Falcone da Silva  
152 Bomfim traz a denúncia que havia apenas uma médica radiologista, Dra. Dayse Vargas,  
153 para preceptorar a residência e laudar os exames. Os visitantes deverão encaminhar o  
154 relatório para ser analisado na plenária do mês de novembro. **Item 9 – Composição de**  
155 **Subcomissões para avaliar os conteúdos programáticos dos Programas de Residência**  
156 **Médica e de R3 Opcionais enviados pelas Sociedades.** O plenário designou os doutores  
157 Edinaldo Fonseca Lemos, Evandro Guimarães de Souza, Lorimilda Diniz Gualberto,  
158 Renato Passini Júnior, Adnan Naser e José Carlos Nicolau para compor a Subcomissão  
159 para avaliar os conteúdos programáticos dos Programas de Residência Médica e de R3  
160 Opcionais. **Item 9. Tempo de duração dos Anos Opcionais.** O Dr. José Carlos informou  
161 que a definição do tempo de duração dos Anos Opcionais ficará a cargo da referida  
162 subcomissão. **Item 10. Homologação dos pareceres: SP, PR, SC, RS, MG, AM, PE, MA,**  
163 **BA, DF, MT, TO, PI e RJ.** Foram analisados os relatórios de visita dos programas e  
164 homologadas as decisões da Câmara Técnica. **Item 11. Outros assuntos. a) Licença**  
165 **Maternidade.** O presidente Lula assinou decreto estendendo a Licença maternidade por  
166 6 meses para o setor público, o setor privado deverá optar sobre a adesão. A lei ainda  
deverá ser regulamentada, enquanto isso prevalece a Legislação Vigente. O Cid Célio  
Jayme Carvalhaes sugere consulta ao setor jurídico do MEC. Esclarece que a Lei ainda  
dever ser regulamentada e que, ao contrário da Legislação Penal, não retroage em seus  
benefícios. **b) Relato da Dra. Valdecira Lilio de Lucena sobre a solicitação de Médica**  
**Residente do Programa de Residência Médica de Anestesiologia, que teria contraído**  
**hepatite tóxica por halotano, para transferência:** O plenário julga precipitada uma decisão  
favorável à transferência, que, em princípio, está vetada nas resoluções. Há

entendimento de que seu caso deve ser melhor apurado pela CEREM de Pernambuco. Dra. Valdecira Lilioso de Lucena fará as diligências necessárias, inclusive a notificação ao Ministério do Trabalho, ao CFM, à Sociedade de Hepatologia e à própria Comissão de Infecção Hospitalar do Hospital. **c) Serviço Militar:** A Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes deverá fazer um estudo da Lei do Serviço Militar com o objetivo de subsidiar uma revisão da resolução sobre o tema. Há um entendimento preliminar que o trancamento da Residência só deveria ser concedido nos casos de convocação para o Serviço obrigatório. **e) Estágio fora do país:** Dra. Susana Maciel Guillaume reclama uma regulamentação sobre os estágios opcionais em instituições fora do país. Dra. Maria do Patrocínio Tenório Nunes fala sobre a experiência da USP nesse tema. **f) Greves na graduação:** É provável o atraso na obtenção de registro nos Conselhos Regionais de Medicina. Recomenda-se uma flexibilização das datas para apresentação do registro nos Conselhos. **g) Data da Próxima Reunião Plenária:** A próxima reunião foi marcada para os dias 27 e 28 de novembro do corrente ano. Sem outras discussões, a reunião foi encerrada. Brasília, 26 de setembro de 2008.

#### 167 **MEMBROS**

- 168 José Carlos de Sousa Lima (Presidente Substituto)
- 169 José Wellington Alves dos Santos (Diretor do DHR)
- 170 Cid Carvalhaes (FENAM - titular)
- 171 Edinaldo da Fonseca Lemos (FENAM – Suplente)
- 172 Maria do Patrocínio Tenório Nunes (ABEM)
- 173 Neila Bonfim (ABEM/ Suplente e CEREM - AM)
- 174 Sigisfredo Luis Brenelli (Suplente - MS)
- 175 José Carlos Nicolau (AMB)
- 176 Rafael Marques Nogueira (CFM/Suplente)
- 177 Ana Estela Haddad

#### 178 **CÂMARA TÉCNICA**

- 179 Evandro Guimarães de Souza
- 180 Ramiro Anthero de Azevedo
- 181 Lorimilda Diniz Gualberto
- 182 Valdecira Lilioso de Lucena

#### 183 **PRESIDENTES DAS COMISSÕES ESTADUAIS**

- 184 Paulo Roberto Dutra Leão (CEREM - MT)
- 185 Ione Maria Ribeiro Soares Lopes (CEREM -PI)
- 186 Robson Freitas de Moura (CEREM - BA)
- 187 Neila Falcone da Silva Bomfim (CEREM - AM)
- 188 João Carlos Simões (CEREM - PR)
- 189 Reginaldo Aparecido Valácio (CEREM - MG)

- 190 Valdecira Lilio de Lucena (CEREM - PE)
- 191 Humberto de Oliveira Serra (CEREM - MA)
- 192 Salustiano Gomes de Pinho Pessoa (CEREM - CE)
- 193 Ricardo Antônio Rosado Maia (CEREM - PB)
- 194 Magali Machado (CEREM - MS)
- 195 Martha Helena Pimentel Zappalá Borges (CEREM - DF)
- 196 Adnan Naser (CEREM - SP),
- 197 Geraldo Pereira Jotz (CEREM - RS)
- 198 Susana Maciel Wuillaume (CEREM - RJ);
- 199 **FUNCIONÁRIOS DO DEPARTAMENTO**
- 200 Carmen Lúcia da Silva Cunha (coordenadora/MEC)
- 201 **CONVIDADO:**
- 202 Armando Ramaggio (CONASS)